

Ouro Preto: problemas de um patrimônio histórico no início do século XXI¹

Ouro Preto: problemas de un patrimonio histórico a principios de siglo

Ouro Preto: problems of a historical heritage at the start of the century

Anna Maria de Grammont*
annagrammont@yahoo.com.br

Resumo

Ouro Preto foi o primeiro ícone brasileiro a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. Entretanto, o patrimônio edificado da cidade tem vivenciado uma série de dificuldades com relação à preservação. O artigo faz uma descrição destes problemas através de uma retrospectiva de acontecimentos vivenciados na cidade nos últimos anos. Desta forma, discute as peculiaridades da gestão urbana concomitante, federal e municipal, a falta de comprometimento de alguns setores da população, o risco de incêndio, os roubos de peças sacras, além das conseqüências para o patrimônio em um contexto de desenvolvimento urbano que tem privilegiado grandes centros populacionais. As informações utilizadas na reflexão foram obtidas através de observação participante e de pesquisas a artigos acadêmicos, bem como artigos jornalísticos sobre a cidade. O produto final se apresenta na forma de uma crônica sócio-antropológica, constituindo-se como uma interface em que foram compatibilizados recursos de interpretação apontados por autores originários de diversos nichos do conhecimento acadêmico. A conclusão aponta uma série de providências necessárias à preservação dos sítios históricos nacionais. O artigo como um todo apresenta uma universalização na medida em que a situação de Ouro Preto retrata os problemas de grande parte desses sítios.

Palavras-Chave: Ouro Preto, Patrimônio Cultural, Preservação.

Resumen

Ouro Preto fue el primer ícono brasileño a recibir el título de Patrimonio Cultural de la Humanidad de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura - UNESCO. Sin embargo, el patrimonio edificado de la ciudad ha vivenciado una serie de dificultades con relación a la preservación. El artículo hace una descripción de estos problemas a través de una retrospectiva de acontecimientos vivenciados en la ciudad en los últimos años. De esta forma, discute las peculiaridades de la gestión urbana concomitante, federal y municipal, la falta de compromiso de algunos sectores de la población, el riesgo de incendio, los robos de obras sacras, además de las consecuencias para el patrimonio en un contexto de desarrollo urbano que ha dado privilegio a grandes centros poblacionales. Las informaciones utilizadas en la reflexión fueron obtenidas a través de observación participante y de investigaciones y artículos académicos, así como artículos periodísticos sobre la ciudad. El producto final se presenta en forma de una crónica socio-antropológica, constituyéndose como una interface en la que fueron compatibilizados recursos de interpretación señalados por autores originarios de diversos nichos de conocimiento académico. La conclusión apunta una serie de providencias necesarias a la preservación de los sitios históricos nacionales. El artículo, como una totalidad, presenta una universalización en la medida en que la situación de Ouro Preto retrata los problemas de gran parte de estos sitios.

Palabras-clave: Ouro Preto, Patrimonio Cultural, Preservación.

Abstract

Ouro Preto was the first Brazilian icon to receive the title of Cultural Heritage of Humanity of the United Nations Education, Science and Culture Organization - UNESCO. However, the built heritage of the city has been going through a series of difficulties in terms of preservation. This article gives an overview of these problems, through a historical

* Doutoranda do Curso de Desenvolvimento Turístico Sustentável da Universidade de Málaga, Espanha, e Mestre em Cultura e Turismo pela parceria Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Santa Cruz.2 Professora do Curso Guardiões do Patrimônio, financiado pelo Programa Monumenta – BID e MINC, pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto e Universidade Federal de Ouro Preto, Aluna do Curso de Especialização em Cultura e Arte Barroca da Universidade Federal de Ouro Preto, Engenheira Civil e autora do livro **Hotel Pilão** – Um incêndio no coração de Ouro Preto, publicado pela Oficina do Livro, São Paulo.

look at the events that have taken place in the city in recent years. It discusses the specific characteristics of this joint urban, federal and municipal management, the lack of commitment on the part of some sectors of the population, the fire hazards, the theft of sacred works of art, and the consequences for the heritage, in a context of urban development which has favored major population centers. The information used in the reflection was obtained through participant observation and research and academic articles, as well as journalistic articles about the city. The final product is presented in the form of a social-anthropological chronicle, consisting of an interface in which resources of interpretation, pointed out by authors from various branches of academic knowledge, were harmonized. The conclusion points out a series of measures necessary to preserve the national historical sites. The article as a whole presents a generalization in that the situation of Ouro Preto portrays the problems of the majority of these sites.

Key words: Ouro Preto, Cultural Heritage, Preservation.

1 Introdução

Ouro Preto foi o primeiro ícone brasileiro a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, em 1980. Declarada Monumento Nacional em 1933, a cidade encontra-se tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – desde 1938 e pode ser considerada uma das maiores preciosidades da história dos brasileiros e um dos mais importantes acervos barrocos do mundo. O Patrimônio, representado pelo conjunto arquitetônico da cidade e pelas manifestações culturais, dispensa apresentações. Mas, assim como Ouro Preto representa uma expressão da arte brasileira, a cidade tem se mostrado também um retrato dos problemas vivenciados pelo patrimônio edificado no contexto de desenvolvimento urbano do país.

Além das dificuldades que enfrentam outras cidades brasileiras de mesmo porte, como “saneamento básico inadequado ou inexistente, infra-estrutura de serviços escassa, economia em processo de estagnação ou declínio, mão de obra desqualificada, poucas alternativas de lazer” (SIMÃO, 2001, p. 43), Ouro Preto enfrenta, ainda, problemas relacionados ao Patrimônio Histórico. Trata-se de efeitos do tempo, envolvendo aspectos climáticos como excesso de umidade e a presença de cupins. Além destes, outros ainda se mesclam entre relações de causa, efeito e relações complementares. Pode-se enumerá-los assim:

- Falta de planejamento urbano.
- Roubo de peças sacras e Turismo predatório.
- Risco de incêndio, Omissão das autoridades públicas e Descomprometimento da população com a preservação.

O acúmulo de problemas, principalmente, nas últimas administrações municipais, mostrou a fragilidade das políticas de preservação. Dentro de um contexto de crescimento desordenado, a cidade necessitava de ações efetivas em prol do Patrimônio Cultural, mas a falta de identificação das prefeituras com este intuito contribuiu para a proliferação das dificuldades. Estes reflexos continuam sendo sentidos na cidade, ainda que o atual Prefeito, o Jornalista Angelo Oswaldo de Araújo Santos, esteja, de fato, comprometido com o valor cultural de Ouro Preto e promova parcerias com o Iphan.

Este artigo pretende discutir os problemas vivenciados pela cidade principalmente nos anos anteriores à administração de Angelo Oswaldo. Nessa época, exemplificando o que acontece em várias cidades históricas nacionais, foram evidentes as conseqüências das ações das administrações municipais e a falta de uma política de preservação.

Para esta discussão, o artigo descreve os eventos vivenciados por Ouro Preto a partir de observação participante, de pesquisas a artigos acadêmicos, bem como artigos jornalísticos sobre a cidade. A descrição dos problemas e a conseqüente reflexão, utilizando Ouro Preto como um exemplo dos problemas vivenciados por diversos sítios históricos brasileiros, culminam na conclusão da necessidade de diversas providências para a preservação do Patrimônio Cultural nacional.

2 As dificuldades do Patrimônio Cultural de Ouro Preto

Planejamento Urbano: A falta de planejamento urbano é um dos principais problemas da cidade de Ouro Preto e de outras cidades históricas. O processo de formação das cidades brasileiras favorece o adensamento de grandes núcleos populosos, fazendo com que a ausência de planejamento urbano seja sentida em cidades consideradas históricas ou não.

Entretanto, os danos causados pelo favorecimento de grandes núcleos urbanos são percebidos mais facilmente em cidades que ainda conservam parte de seu Patrimônio Histórico. Em Ouro Preto, por exemplo, a falta de planejamento urbano engloba os processos de favelização das encostas e entorno da cidade, o adensamento e a descaracterização das edificações do Centro Histórico e o trânsito caótico que tem provocado acidentes envolvendo o patrimônio material da cidade.

Além da depreciação da paisagem que compõe o entorno da cidade, como parte do conjunto tombado, o processo de favelização das encostas da cidade vem dilapidando nos últimos anos um importante sítio arqueológico em Ouro Preto, o Morro da Queimada. O arraial de Ouro Podre foi um dos primeiros arraiais a surgir e foi destruído em 1720, após a revolta liderada por Felipe dos Santos e Paschoal da Silva Guimarães, em oposição ao aumento dos impostos e à criação das Casas de Fundação pela Coroa Portuguesa.

Depois de incendiado pelo governador Conde de Assumar, o antigo Arraial de Ouro Podre passou a ser chamado de Morro da Queimada, e a população da então Vila Rica transferiu-se para os outros arraiais. Existem no local, além das ruínas das edificações da época, grandes galerias, bocas das antigas minas, sarilhos para suas ventilações e ainda mundéus, construções feitas para a lavagem do ouro (OLIVEIRA, 2003, p. 63-66).

Como um dos primeiros núcleos mineradores da antiga Vila Rica, os resquícios do arraial poderiam informar, à luz de uma acurada pesquisa arqueológica, como viviam os primeiros habitantes no início do século XVIII. No entanto, as ruínas vêm sendo demolidas para a reutilização das pedras em novas construções ou utilizadas como base para construção de casas pela população de baixa renda. A ocupação ilegal está associada a uma precária infra-estrutura – ausência de esgoto, a água chega por uma mangueira e a energia elétrica vem da parte baixa do morro. Como a área não está coberta por proteção legal, as novas construções continuam. No Plano Diretor do município, há uma indicação para implementar um parque arqueológico na área². O projeto, contudo, começou a ser efetivado apenas na atual administração, quase dez anos depois de ser recomendado e quando vários danos já foram causados.

Além da proliferação de casas no entorno, a cidade vem sendo prejudicada por reformas que alteram as fachadas do casario antigo e pelo surgimento de novas edificações no Centro Histórico. O novo contingente populacional tem determinado a necessidade de novos espaços de moradia, lazer e circulação, criando diferentes parcelamentos do solo e formas de implementação das casas nos terrenos (SIMÃO, 2001, p.38).

A reprodução da tipologia arquitetônica não é suficiente para garantir a manutenção da configuração espacial da cidade. Os grandes lotes retangulares, por exemplo, foram substituídos por lotes quadrados, ignorando os grandes quintais típicos da época, para atender às necessidades atuais de especulação e renda da terra.

Com relação às reformas, os antigos casarões têm alterado seu padrão arquitetônico, descaracterizando a parte externa, principalmente dos fundos, com acréscimos, em um processo de adensamento acelerado. Algumas intervenções soam extremamente agressivas, como a construção de um mercado na praça Antônio Dias, um dos sítios mais antigos de Ouro Preto. Com esse fim, uma antiga casa de aproximadamente 15 metros de comprimento foi transformada

numa obra de 46 metros, ocupando 100 % do terreno e contrastando com as casas vizinhas. Essa obra foi demolida no mês de agosto de 2004, mediante decisão da justiça. Trata-se da primeira construção irregular de Minas Gerais a ser demolida pelo IPHAN.

Outra intervenção mal sucedida ocasionou a morte de um operário. Parte de um casarão do Largo da Alegria, entre os bairros do Pilar e Rosário, desabou no dia 11 de dezembro de 2002 durante uma reforma, acarretando a morte de um operário que trabalhava no local, soterrado por duas lajes. Segundo o diretor da Sub-Regional da 13ª Superintendência do IPHAN, Benedito Tadeu de Oliveira, o projeto para reforma da casa foi aprovado pelo Iphan em março de 2001; entretanto, foram constatadas irregularidades na sua execução.

Essas intervenções não representam uma ameaça direta às igrejas e monumentos que têm sido conservados de forma isolada, mas contribuem para a descaracterização do conjunto urbano tombado. As novas construções estão invadindo encostas, muitas vezes, escondendo igrejas e monumentos, além de colocar em risco a segurança de parte da população.

Também se multiplicam as ocupações de encostas na área das Igrejas de Nossa Senhora dos Pardos de Padre Faria e Santa Efigênia. A ausência de políticas públicas que contenham as invasões vem agravar a situação. Segundo o IPHAN, há mais de cento e cinquenta ações civis, nos Ministérios Públicos Federal e Estadual, contra irregularidades que ameaçam o acervo histórico. Este dado bem pode configurar a gravidade da situação.

Quanto ao trânsito caótico, o município tem uma área de 1.245 km² e é cortado pela BR 356 e pela BR 040. O acesso à cidade é feito pela BR 356. De acordo com dados da Tectran Técnicos em Transporte LTDA, 21 linhas de ônibus passam pela Praça Tiradentes todos os dias, registrando-se um total de 991 viagens. No horário de pico, saem da rua Padre Rolim em torno de 209 veículos, dentre estes, 30 ônibus e 13 caminhões. Além disso, o sistema de carga/descarga não tem horário certo, sendo que 38% fazem o serviço a qualquer hora do dia (WERNECK, 2002).

A cidade de Ouro Preto tem topografia acidentada; as ruas são estreitas; as calçadas são estreitas ou inexistentes; as curvas são acentuadas; as rampas fortes não estão apropriadas para veículos; o tráfego é confuso e observa-se a carência de sinalização de trânsito (WERNECK, 2002).

Na mesma época, as duas associações de moradores pró-preservação, a Associação dos Moradores do Alto do Centro Histórico de Ouro Preto e a Associação dos Amigos do Patrimônio Cultural e Natural – *Amo Ouro Preto*, fizeram conjuntamente um estudo sobre o tráfego de ônibus ao lado da Igreja de São Francisco de Assis. Em 18 horas e 50 minutos, passaram 420 ônibus pelo local; segundo tais organizações, esses são responsáveis por grande parte das rachaduras detectadas nas casas do Centro Histórico.

Neste contexto de trânsito desordenado, ocorreu um acidente que pode ser interessante destacar aqui. Trata-se do chafariz da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, destruído no dia 05 de novembro de 2002. Um caminhão carregado de engradados de cerveja perdeu os freios ao descer a ladeira da Rua da Escadinha e se chocou contra a parte posterior do chafariz, causando a ruptura total da parte superior dos dois pilares laterais e desprendimento total dos blocos do coroamento, peças em cantaria de pedra – quartzito, que caíram sobre a bacia do chafariz. A descrição de acidentes em monumentos como esse ressalta a relação conflituosa entre os atuais padrões de trânsito de Ouro Preto e a ameaça à beleza e à integridade da cidade.

Além desses problemas, o trânsito se agrava ainda mais em dias de grandes eventos ou feriados prolongados:

Muito barulho, congestionamentos, pedestres disputando o espaço das ruas com carros particulares, *vans* e até mesmo caminhões. Os problemas do trânsito intenso no Centro

Histórico de Ouro Preto em dias de feriado prolongado mais uma vez ficaram evidentes ontem (19 de abril de 2003), sábado de Aleluia, quando a Praça Tiradentes pareceu viver o caos das grandes cidades (HYBNER, 2003, p. 18).

Roubo de Peças Sacras e Turismo Predatório: Com relação ao roubo de peças sacras, o primeiro registro de roubo em Minas Gerais ocorreu em Ouro Preto em 1960, quando uma coleção de prataria foi roubada da Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar e nunca mais foi recuperada. Atualmente, a cidade parece segura com relação a estes feitos, mas os distritos continuam correndo riscos mais eminentes.

Em São Bartolomeu, distrito de Ouro Preto, as imagens mais importantes são guardadas em caixa forte e retiradas em dias de culto. Esse procedimento não é adotado em todas as paróquias. Em julho de 2003, foram roubadas sete imagens sacras do século XVIII e início do XIX, pertencentes à Capela Santa Quitéria, no Morro de São Sebastião, zona rural de Ouro Preto, a 10 km do centro da cidade.

Fato semelhante vem ocorrendo ao longo do território nacional. Em 1998, dois castiçais tocheiros da Igreja do Rosário policromados pelo Mestre Ataíde e três imagens da Igreja das Mercês foram roubados na cidade de Mariana, a 15 km de Ouro Preto. No mesmo ano, as imagens de uma Santana, um São José e um São Joaquim, datadas do século XVIII, foram roubadas da Igreja de Inhaí, distrito de Diamantina. E, em abril de 2003, foram levados sessenta itens da Matriz de São José em Nova Era.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) catalogaram cerca de 20 mil itens, entre bens móveis, imóveis, conjuntos arquitetônicos e urbanísticos e sítios arqueológicos em Minas Gerais. Destes, quatrocentas peças sacras então desaparecidas por furto, roubo ou tráfico (ANDRADE, 2003). Neste sentido, a Fundação Roberto Marinho, a Globo Minas e a Secretaria do Estado da Cultura de Minas Gerais desenvolveram uma campanha de resgate de peças subtraídas ao acervo. Imagens desaparecidas são mostradas durante o intervalo comercial da emissora da rede Globo.

Do ponto de vista econômico, as vantagens dinâmicas competitivas do município de Ouro Preto indicam que o potencial mais expressivo encontra-se nas atividades turísticas e educacionais (SEBRAE, 1996). Com relação às atividades turísticas, a cidade encontra-se em posição nitidamente privilegiada. As atrações e possibilidades locais englobam várias das vertentes turísticas: o turismo cultural, que tão bem pode se desenvolver nas cidades históricas; o crescente turismo ecológico localizado no Parque do Pico do Itacolomi, do Tripui, nos distritos e nas cachoeiras; e o turismo de negócios, viabilizado através do Centro de Artes e Convenções da UFOP, representando uma possibilidade de manutenção de um fluxo turístico constante no município (OLIVEIRA, 2001).

Entretanto, a cidade enfrenta problemas com relação ao turismo predatório e de massa. Ouro Preto é palco de diversos eventos de massa. A população diversificada, composta por comunidade universitária, intelectuais e artistas, além da tradicional comunidade mineira, é traduzida nos diversos eventos celebrados todos os anos na cidade. Festas diversas, tanto por suas concepções quanto pelo público que atraem, se intercalam e atraem multidões de turistas para a cidade.

A cidade celebra tradicionalmente as datas mais importantes do calendário litúrgico católico, com destaque para as festividades da Semana Santa, amplamente reconhecida como um espetáculo litúrgico. No ano de 2003, aproximadamente 30 mil visitantes acompanharam o evento (ODILLA, 2003). Outro evento tradicional de Ouro Preto é o Festival de Inverno³, encontro artístico com duração de aproximadamente um mês.

A Inconfidência Mineira comemorada no dia da morte de Tiradentes, 21 de abril, também é celebrada em Ouro Preto com a presença de políticos e grande contingente de turistas. A cidade

também é sede de eventos no dia 7 de setembro, como a terceira etapa do Enduro da Independência. Em 2002, os competidores se reuniram na Praça Tiradentes, atraindo grande número de curiosos, além dos próprios participantes.

Ouro Preto também sediou o Mega Show da Banda Skank em julho de 2001. Em agosto de 2002, foi a sede do Festival de Música Universitária Coração de Estudante, promovido pela rede Globo em parceria com a União Nacional dos Estudantes (UNE), com apoio da Prefeitura Municipal. Ao final desse, fez-se um concurso na Praça Tiradentes, contando com a participação de 13 bandas e de artistas de renome nacional como Milton Nascimento (CARVALHO, 2002).

O carnaval, um dos eventos mais movimentados da cidade, é famoso no circuito mineiro e nacional. A cidade também celebra seu aniversário e o 12 de outubro, tradicional festa dos estudantes, correspondente ao aniversário da Escola de Minas, que atrai 15 mil pessoas todos os anos. Eventualmente, também comemora o Reveillon.

Estes eventos não foram avaliados com relação ao impacto ambiental. Entretanto, alguns deles apresentam conseqüências negativas, enquanto turismo de massa, afetando a comunidade, incluindo os turistas. Parte da população parece se ressentir do intenso fluxo turístico e da aparente e provável⁴ má distribuição da renda proveniente dele, sentindo-se excluída do mercado e dos possíveis benefícios turísticos.

Com efeito, Ouro Preto tem sofrido os impactos negativos do turismo de massa: depredação, poluição sonora, queda da qualidade de vida para a população e para os próprios turistas, desabastecimento de água, trânsito congestionado, violência urbana (PELLEGRINI FILHO, 1993) são alguns dos efeitos mais visíveis. Há de se ressaltar, no entanto, que o turismo de massa movimentou a economia de Ouro Preto, ainda de forma consideravelmente sazonal⁵.

Risco de Incêndio, Omissão das Autoridades e descomprometimento da População:

Ouro Preto enfrenta, ainda, outro grave problema: o risco de incêndio. Em 1959, o prédio do Fórum, que funcionava na Praça Tiradentes, sucumbiu com as chamas. A casa foi reconstruída e hoje abriga o Centro Acadêmico da Escola de Minas. Na década de 1960, o fogo consumiu uma padaria que funcionava na Rua São José, onde hoje se situa a Caixa Econômica Federal. Em 1979, outro incêndio na rua São José mobilizou os ouropretanos, sendo que duas casas ficaram destruídas. Em janeiro de 2001, uma casa da Praça Tiradentes foi parcialmente destruída. Recentemente, o Casarão da Praça Tiradentes, o antigo Hotel Pilão, foi completamente destruído, causando notável comoção popular. Outros dois incêndios ocorreram sucessivamente no intervalo de quinze dias: o primeiro, em uma lanchonete da praça; o segundo, em uma casa lotérica na vizinhança, ambos causados por escapamentos em botijões de gás (MONTEIRO; GODOY, 2003).

Aparentemente, os acidentes anteriores foram provocados por instalações elétricas antigas ou inadequadas que, no entanto, não são a única ameaça ao Patrimônio; instalações feitas em dias de grandes eventos não são avaliadas quanto à sobrecarga na rede⁶. Atualmente, existe uma política da administração do Prefeito Angelo Oswaldo de tentar evitar mega eventos no Centro Histórico, além do projeto de construção de um espaço exclusivo para tais eventos em um bairro mais afastado da cidade.

Para completar os riscos de incêndio, a maioria das casas é geminada e construída de pau-a-pique, material muito inflamável; além disso, os equipamentos de combate a incêndio, caracterizados pela precariedade técnica, dificuldade de locomoção pelas ruas estreitas e íngremes e ausência de uma rede de hidrantes, já se mostraram insuficientes para impedir que um incêndio danifique irremediavelmente uma igreja ou um conjunto de edificações. No município, existem apenas 26 bombeiros e apenas um hidrante na parte baixa da cidade. O pelotão possui apenas uma viatura de salvamento, um carro ambulância, um carro administrativo e dois auto bombas, veículos de 1975 e 1989 respectivamente, com capacidade para 3 mil litros de água cada (MONTEIRO; GODOY, 2003).

A precariedade estrutural no combate a incêndios é um problema que atinge a quase todas as cidades históricas. Acidentes têm sido freqüentes em outras localidades, como os ocorridos com a Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Mariana e com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Pirenópolis, a mais antiga de Goiás.

Em Ouro Preto, os últimos acontecimentos incentivaram a formação do Projeto Chama – Movimento Mineiro – Consciência e Prevenção contra o fogo. Trata-se de um esforço integrado no combate a incêndios, em que estão previstos diagnósticos de risco, aquisição de equipamentos, articulação de bombeiros e voluntários, legislação sobre normas técnicas, além de cartilhas e seminários educativos. Participam do projeto a Unesco, que está disponibilizando os recursos iniciais, o IPHAN, a Universidade Federal de Ouro Preto e mais 20 instituições.

Uma outra importante questão a respeito de Ouro Preto e das cidades patrimônio em geral é a experiência da gestão urbana dividida entre municipalidade e União.

O tombamento federal confere à União direitos e deveres na preservação de seus valores culturais, o que no caso de Ouro Preto, estende-se a quase todo o conjunto urbanístico. Assim a ocupação do território urbano ouropretano é regida, concomitantemente, pela municipalidade e pela União, através de seu instituto preservacionista (SIMÃO, 2001, p. 21-22).

A propósito das expectativas da comunidade e de sua relação com a preservação, uma pesquisa realizada nos dias 15 e 16 de abril de 2003 pelo Núcleo de Estudos Aplicados e Sócio-Políticos Comparados da Universidade Federal de Ouro Preto – Neaspoc/UFOP porta um dado importante: para um terço da população de Ouro Preto, a solução para o Patrimônio Histórico da cidade caberia à administração Municipal. Isto aponta a desconsideração ou desinformação do papel do Iphan e do possível desempenho da própria população no processo...

A pesquisa do Neaspoc não qualificou se para a comunidade existe uma relação entre a municipalidade e a União nessa cobrança de atitude com relação aos problemas do patrimônio. Os resultados sugerem que não, por ter avaliado que 68% dos ouropretanos julgaram de “ótimo” a “bom” o governo do Presidente Lula e, por outro lado, mostraram-se pessimistas com relação à cidade, o que não deixa de remeter a uma má impressão sobre a própria administração municipal. O fato de a pesquisa ter sido realizada um dia depois do incêndio no Casarão da Praça Tiradentes provavelmente potencializou ainda mais essa percepção⁷. Entretanto, no caso de a comunidade relacionar essa cobrança administrativa à União ou relacionar o Iphan (representante da União no município) à municipalidade, existiria uma possibilidade de explicação para essa opinião que remete à história da atuação do Iphan:

Criou-se, desde os primórdios da atuação do PHAN⁸, uma relação de dependência entre a União e a população local. O processo de requerer o tombamento de um bem – fosse ele individual ou em conjunto – não pressupunha o aval da população ou dos interessados diretamente pelo bem [...]. A população foi posicionada passivamente no processo (de tombamento) [...]. O reflexo da atuação do PHAN é visível até hoje, quando a população delega à União a responsabilidade da manutenção dos bens tombados e, ao mesmo tempo, culpa o Estado pelas dificuldades porventura existentes em seu processo de desenvolvimento (SIMÃO, 2001, p. 33-34).

Além das dificuldades no início do processo de atuação do IPHAN, a relação entre a municipalidade e a União também apresenta um histórico complexo. Este processo administrativo não se dá de maneira a concretizar objetivos conservacionistas; a convivência entre a União e a municipalidade é conflituosa e a ingerência legível. O poder público, motivado por questões políticas, muitas vezes, age de forma a criar situações de conflito com os objetivos

conservacionistas (SIMÃO, 2001). Outro dado importante, nesse impasse, é o fato de que, em Ouro Preto, não foram promovidos tombamentos em nível municipal ou estadual, mas somente em nível federal.

As pessoas presentes ao “Seminário Estatuto da Cidade e Patrimônio Cultural Urbano”, sediado em Olinda de 31 de julho a 02 de agosto de 2002, após terem tido conhecimento e avaliado o estado de conservação e as condições de ordenamento e gestão dos nove sítios urbanos brasileiros inscritos na lista do Patrimônio Mundial, manifestaram-se concernidas com a gravidade da situação de Ouro Preto e empreenderam uma moção por providências urgentes para a preservação da cidade.

O documento foi enviado à Unesco, promotora do evento, e às autoridades brasileiras. O seminário reuniu técnicos do setor de cultura e representantes dos municípios inscritos como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. Em relatório apresentado durante o Seminário, o diretor da sub-regional do IPHAN, Benedito Tadeu de Oliveira (2002), relatou sobre as leis em vigor na cidade:

O Código de Posturas, aprovado em 1980 está desatualizado e o Plano Diretor aprovado em dezembro de 1996 ainda não foi implantado, além de que precisa ser detalhado e atualizado. O Projeto de Lei 51/2001, regulamentando o artigo 165 da Lei Orgânica Municipal que implanta o tombamento e o registro de bens móveis, imóveis e intangíveis, também não foi aprovado até o momento. Não existem o Código de Edificações e Obras nem a Lei de Uso e Ocupação do Solo, e a Carta Geotécnica não vem sendo considerada nas ocupações urbanas (OLIVEIRA, 2002, s.p.).

Em um contexto de descaso e jogo político, o Plano Diretor aprovado em 1996 vinha sendo ignorado pelas duas últimas administrações da cidade. A coordenadora do Setor de Cultura da Unesco, Jurema Machado, em entrevista ao jornal *Estado de Minas*, lembrou ainda que “as normas são inúteis se as administrações municipais não estiverem envolvidas no processo de planejamento. Muitas cidades têm o plano, mas não o aplicam” (ROSE, 2002, p. 24).

Neste contexto, a responsabilidade e as dificuldades de trabalho do Iphan se agravaram. Sem equipe suficiente e devidamente treinada, o órgão não está aparelhado para fazer frente à demanda. A fiscalização das construções tem sido extremamente precária, contando apenas com um arquiteto, uma historiadora, uma secretária, três estagiários e um auxiliar técnico. O diretor da sub-regional do IPHAN, Benedito Tadeu de Oliveira, em entrevista ao *Estado de São Paulo*, afirmou a necessidade de um quadro de funcionários cinco vezes maior e que atualmente seria possível fiscalizar apenas parte das obras em andamento na zona de proteção especial definida pelo Plano Diretor. As zonas de controle e de proteção ambiental e paisagística, embora situadas no perímetro do tombamento, estariam há vários anos sem monitoramento por parte do Iphan (KATTAH, 2002).

No final de 2003, em função dos acontecimentos na cidade como o incêndio do Hotel Pilão, da pressão da mídia e da recomendação da Unesco, a Prefeitura, juntamente com o IPHAN e outras organizações governamentais e não governamentais, decidiu-se, então, por revisar e atualizar o Plano Diretor, tendo como base o Estatuto da cidade – Lei 10.257/2001 .

Quanto à população, o Município de Ouro Preto conta cerca de 66.277 habitantes e, desse total, em torno de 56.292 estão concentrados na área urbana e 9.985 na área rural. É importante ressaltar que a área rural é composta por distritos, dentre os quais, alguns tão antigos quanto o próprio núcleo tombado, como Glaura e São Bartolomeu.

A população é bastante diversificada, em parte devido à intensa migração para as minas ocorrida ao longo do século XVIII, tendo sido possivelmente o maior movimento migratório interno do Brasil. É composta por descendentes de várias regiões do país, de portugueses e de

escravos, além de outras nacionalidades minoritárias que foram atraídas pelo ouro do período colonial. Mais recentemente, outros grupos foram atraídos para a cidade, sobretudo a comunidade universitária, presente em Ouro Preto desde a fundação da Escola de Farmácia, em 1839, e da Escola de Minas, em 1876, hoje incorporadas à Universidade Federal de Ouro Preto; além disso, contam-se também artistas e intelectuais⁹, atraídos para a cidade após ser redescoberta pelos modernistas em 1924; e um grande contingente de turistas.

Essa conformação variada, em um cenário histórico, configura Ouro Preto como um lugar peculiar. Interesses diversos coabitam a cidade de forma singular e interessante, ora conflituosamente ora harmonicamente. Uma ocasião singularmente propícia para apreciar essas diferenças é a Quarta-feira de Cinzas, tradicionalmente celebrada pela comunidade católica da cidade: senhoras cobertas por lenços e faixas emblemáticas de antigas e atuais irmandades seguem no início da manhã em direção às várias igrejas de Ouro Preto e aí encontram inúmeros jovens, entre turistas, “estudantes e nativos”¹⁰, regressando da folia carnavalesca.

Num contexto tão diversificado, a opinião da comunidade com relação a qualquer assunto, incluindo a preservação e a questão da organização popular, se torna ainda mais complexa. No entanto, a pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos Aplicados e Sócio Políticos Comparados da Universidade Federal de Ouro Preto – Neaspoc/UFOP resultou em estatísticas surpreendentes. Após entrevistar 381 moradores em Ouro Preto e em 12 distritos, com uma margem de erro de 5%, constatou-se que 41% da população não tinha conhecimento de que Ouro Preto detém um título internacional concedido pela Unesco.

Aos que responderam que sabiam do título, foi perguntado qual era o título. Cerca de 26% não souberam responder, enquanto os demais deram respostas com razoável grau de aproximação ao título de “Patrimônio Cultural da Humanidade”. A conclusão é que o conhecimento do título ainda está baixo na população (NEASPOC/UFOP, 2003, s.p.).

O Neaspoc também avaliou que, para 71% dos entrevistados, a situação do Patrimônio Histórico de Ouro Preto foi considerada de “ruim” a “péssima”. Cerca de 19% consideraram de “boa” a “ótima” e, ao se cruzarem os dados, concluiu-se que cerca de 32% dos que afirmaram não saber que Ouro Preto tinha o título da Unesco consideraram de “ótima” a “boa” a situação do Patrimônio, enquanto cerca de 83% dos que afirmaram que sabiam do título avaliaram como de “péssima” a “ruim”.

Por outro lado, outros aspectos observados em cidade históricas, não avaliados nessa pesquisa, não seriam menos importantes para compreender o comportamento da comunidade diante da preservação, como os conflitos e dificuldades para compreender o limite ao direito de propriedade intrínseco à idéia de tombamento, considerando este como “a intervenção do Estado na propriedade” (CASTRO, 1991, p. 1). De acordo com Simão (2001, p. 41), “a população desses núcleos sempre se considerou privada de seus direitos sobre suas propriedades”. No caso de Ouro Preto, a coordenadora do setor de Cultura da Unesco, Jurema Machado, afirmou, em entrevista ao *Estado de São Paulo*: “O povo tem muito orgulho de ser da cidade, mas não gosta de ser cerceado, principalmente porque o controle é feito pelo governo federal, não local” (KATTAH, 2002, p. C1). Este comentário levanta, ainda, a questão da relação dos poderes municipais e da União e da percepção deles pela comunidade.

Duas entidades não governamentais foram criadas para a defesa de sua preservação: a Associação dos Moradores do Alto Centro Histórico de Ouro Preto e a Associação dos Amigos do Patrimônio Cultural e Natural – Amo Ouro Preto. Em entrevista ao *Estado de São Paulo*, os respectivos presidentes, Ricardo Pereira e Maia Wood, afirmaram considerar que o fato de a comunidade de Ouro Preto não ter precisado se organizar para receber o título levou os moradores a um sentimento de acomodação. Dos nove sítios considerados Patrimônio Cultural da

Humanidade pela UNESCO, Ouro Preto foi o primeiro a receber tal honraria e, diferentemente de alguns desses municípios, a cidade seja através de moradores seja de instituições locais não precisou se mobilizar para ser tornar Patrimônio Cultural da Humanidade. Maia Wood declarou ao *Estado de São Paulo* que isso teria sido fundamental, porque o legítimo guardião do patrimônio seria, então, o povo (KATTAH, 2002, p. C1).

Em entrevista ao *Estado de Minas* (ANDRADE, 2003, p. 18), o artista plástico José Alberto Nemer, professor da Universidade Federal de Minas Gerais, manifestou opinião diferente. As comunidades mineiras já exerceriam esse papel de guardião:

Todos os incidentes, tanto de roubo, de cupim, de fogo ou de umidade, que destroem o patrimônio, são sintomas de um abandono irresponsável ao qual o patrimônio cultural do país está relegado. Nas minhas viagens pelo interior de Minas, vejo com que devoção e obstinação as pessoas mais simples, ligadas tradicionalmente aos bens culturais, que são para elas muito mais espaços de fé, cuidam do patrimônio. São pessoas simples, que passam a vida tentando preservar, mas se tornam impotentes diante do abandono institucional.

Cabe ponderar, por outro lado, que o zelo de pessoas simples não é suficiente para conter os incêndios, os roubos de imagens e o comprometimento geral das edificações. Além disso, de acordo com Tânia Lópes (2001), a população reivindica o acervo histórico como parte de sua identidade, mas os moradores de Ouro Preto perceberiam os bens como algo voltado aos turistas.

Opiniões divergentes demonstram a lacuna de conhecimento existente com relação aos sentimentos e atitudes da comunidade *versus* patrimônio e suas razões¹¹. Quando o Neaspoc comprova que quase metade da população sequer está informada do título do Patrimônio da Humanidade concedido pela Unesco, permanece a dúvida sobre se isso abrangeria a idéia de patrimônio como um todo, se a população teria conhecimento sobre o tombamento em si, se o orgulho atribuído à comunidade de Ouro Preto se resumiria ao sentimento de uma minoria que se expressa com maior frequência e até mesmo se a comunidade perceberia o tombamento da cidade como um sacrifício pessoal feito em nome da “nação”.

Além das questões patrimoniais, existe ainda a dúvida com relação aos sentimentos da comunidade para com o fluxo turístico. De acordo com Tânia Lopes (2001, p.80), os moradores de Ouro Preto “sentem-se excluídos ao mesmo tempo em que são anfitriões de quem vem visitar e conhecer sua cidade”. Outros ouropretanos parecem acreditar no turismo como solução para seus problemas econômicos, mas se deparam com a própria falta de qualificação profissional. O resultado é a presença de inúmeros vendedores ambulantes ou guias turísticos sem formação adequada, alvo da maior parte das críticas dos turistas à cidade.

3 Considerações Finais

Na seqüência, em 2004, a população elegeu novamente Angelo Oswaldo como prefeito, uma nítida opção em prol do Patrimônio Cultural, visto o histórico e a atuação anterior do administrador. A afinidade de objetivos entre IPHAN e Prefeitura tem proporcionado anos mais comprometidos com o valor histórico da cidade. Mas os problemas acumulados nas últimas administrações tornam a tarefa de envolver a população e promover a preservação ainda mais complexa.

São muitos os problemas e é necessária uma continuidade de trabalho aquém dos períodos eleitorais e difícil de prever. Uma questão maior é exposta: a necessidade de uma legislação que permita que essa dupla gestão, federal e municipal, seja possível independente de convicções pessoais e sazonais. E que as posturas sejam estabelecidas em prol da preservação dos sítios históricos nacionais, como o de Ouro Preto.

Duas ações conjuntas entre entidades governamentais nas esferas municipal, estadual e federal e não governamentais devem ser implementadas para a conservação da cidade. A primeira, corresponde a um planejamento urbano urgente, com participação popular, que indique áreas de crescimento para a cidade, já que atitudes que privilegiem os pequenos núcleos urbanos parecem mais difíceis de se estabelecer em nível municipal e a curto prazo; a segunda, uma política de incentivo à preservação, que inclua um amplo e vigoroso projeto de educação patrimonial.

No âmbito do planejamento urbano, são necessárias medidas como:

- Implantação do projeto de ordenação do tráfego desenvolvido pelo programa Monumenta/BID;
- Prevenção, detecção e combate a incêndios;
- Atualizações do Código de Posturas de 1980 e da Carta Geotécnica de 1982 para suas implementações;
- Elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Código de Edificações e Obras, bem como revisão do Plano Diretor de 1996, de acordo com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001);
- Obras de manutenção e restauração.

Além disso, a implementação destas ações deve ser acompanhada de uma campanha de esclarecimento de sua importância para a preservação do Patrimônio Cultural da cidade, utilizando os diversos meios de comunicação, atuando nas escolas, associações de moradores... As intervenções físicas nos monumentos devem ser amplamente esclarecidas através, por exemplo, da utilização dos tapumes das obras com informações detalhadas sobre essas ou por meio de visitas guiadas aos canteiros de obras de modo a poder mostrar *in loco* os diversos aspectos de uma intervenção de preservação de bens culturais.

Com relação à política de incentivo à preservação, são necessárias:

- Adoção de políticas tributárias e morais de incentivo à preservação do patrimônio tombado;
- Criação da escola de artesãos;
- Capacitação da estrutura da Administração Pública Municipal, para o dever constitucional de conservação do seu Patrimônio Cultural;
- Implementação de um Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural atuante;
- Reformulação da estrutura do IPHAN, com definição das diretrizes de restrições patrimoniais, aumento de pessoal, priorização de atitudes de educação patrimonial e ampliação dos registros de patrimônio imaterial.

Com relação à educação patrimonial, as atitudes devem ser pensadas em um plano geral informativo e, especificamente, para cada segmento de atribuição de significados observado nesta pesquisa. Com relação às informações, é preciso:

- Divulgar as diretrizes que orientem as intervenções urbanísticas e arquitetônicas no município e nos distritos;
- Divulgar o trabalho e as diretrizes do IPHAN, em um trabalho que considere conjuntamente a imagem do Instituto, contribuindo, principalmente, para que a população do Centro Histórico compreenda e endosse as decisões do IPHAN.

Além disso, a densidade humana da história de Ouro Preto e dos significados acumulados ao longo do tempo em termos de história do Brasil convidam o pesquisador, o gestor do turismo ou mesmo um simples observador ou visitante, um concernimento mais profundo acerca da relação entre patrimônio e comunidade.

Agradecimento

À preciosa e inestimável colaboração do Professor Doutor Milton Moura da Universidade Federal da Bahia e do Doutor Benedito Tadeu de Oliveira, Diretor do IPHAN em Ouro Preto, respectivamente, orientador e co-orientador da dissertação de Mestrado da autora.

Referências

- ANDRADE, C. Patrimônio e Fé Dilapidados. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 17, 20 abr. 2003.
- BOLETIM INFORMATIVO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO – BIPH. Belo Horizonte: IPHAN, 13ª Superintendência Regional, outubro de 2003. Nº 21.
- CARVALHO, S. Festival de Música agita Ouro Preto Hoje. **O Tempo**, Belo Horizonte, p.1, 17 ago. 2002.
- CASTRO, S. R. **O Estado na Preservação de Bens Culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991. 161 p.
- HYBNER, E. Confusão na Praça Tiradentes. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p.18, 20 abr. 2003.
- IEPHA. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. <www.iepha.mg.gov.br/>. Acesso em: 18 mar. 2004.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/iphan/iphan.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2004.
- KATTAH, E. Ouro Preto e Paraty, patrimônio ameaçado. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. C1, 29 set. 2002.
- LÓPES, T. Rotas Nacionais: Fragmentando os roteiros turísticos sobre Ouro Preto. In: BANDUCCI Jr., A.; BARRETTO, M. (Orgs.) **Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica**. Campinas: Papyrus, 2001.
- MONTEIRO, A.; GODOY, L. Bombeiros de Ouro Preto funcionam com estrutura precária. **FEOP**, Ouro Preto, abr. 2003, Seção Notícias Locais. Disponível em: <http://ouropreto.com.br> Acesso em: 13 mai, 2003. 22:00:23.
- NEASPOC/UFOP, Núcleo de Estudos Aplicados e Sócio Políticos Comparados da Universidade Federal de Ouro Preto. **Quinta Pesquisa “Assessoria Popular” em Ouro Preto**. 15 e 16 de abril de 2003.
- ODILLA, F. Povo Aponta Omissão. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p.15, 18 abr. 2003.
- OLIVEIRA, A. P. **Turismo e Desenvolvimento: Planejamento e Organização**. 3 ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 2001. 225 p.
- OLIVEIRA, B. T. de. Morro da Queimada. In: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, 2002, Ouro Preto. **Resposta à Câmara dos Vereadores**. Sub-Regional da 13ª Superintendência: [S.l.:s. n.].
- _____. Ouro Preto. In: SEMINÁRIO ESTATUTO DA CIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO, 2002, Olinda. **Relatório Apresentado**. Sub-Regional da 13ª Superintendência do IPHAN: [S.l.:s. n.].
- _____. Em defesa de Ouro Preto. **Revista Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, nº113, p.63-66, 2003.
- OURO PRETO. **Lei Complementar nº 01/96**: promulgada em 19 de dezembro de 1996: Institui o Plano Diretor do Município de Ouro Preto e dá outras providências. (s. n.), 1996. 56 p.
- PELLEGRIN FILHO, **Ecologia, Cultura e Turismo**. 7 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1993. 192 p. (Coleção Turismo).
- ROSE, F. Ouro Preto cai para 20º lugar. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 24, 12 out. 2002.
- SEBRAE. **Sistemas de Informações Mercadológicas Municipais: Ouro Preto, Diagnóstico Municipal**. Belo Horizonte: SEBRAE, 1996. 194 p.

SIMÃO, M. C. R. **Preservação do patrimônio Histórico em Cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 125 p.

WERNECK, G. População quer manter o Título. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p.18, 18 nov. 2002.

Notas explicativas

1 Este artigo é um fragmento da dissertação de Mestrado "Os Significados do Patrimônio Histórico: uma reflexão em torno do casarão incendiado em Ouro Preto" – UESC/UFBA.

2 Lei Complementar nº 01/96 – Institui o Plano Diretor do Município de Ouro Preto e dá outras providências.

3 Os Festivais de Inverno de Ouro Preto foram o ponto inicial para muitos grupos hoje consagrados, como o grupo Corpo, Uakti, Galpão e Giramundo.

4 O trabalho não pretende se aprofundar em questões relativas aos benefícios de fato obtidos ou não pela população.

5 Este aspecto não é coberto por este artigo, mas seria muito interessante como abordagem complementar.

6 Mega eventos são realizados sem nenhum planejamento ou estudo de impacto ambiental seja esse sonoro ou patrimonial.

7 A intenção do Neaspoc – UFOP era avaliar o impacto da visita do representante da Unesco na população do município, mas, como a população, fomos surpreendidos pelo terrível incêndio (NEASPOC, 2003).

8 A autora adota a sigla PHAN- Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - para indicar a agência nacional de proteção do patrimônio cultural.

9 A poeta americana Elizabeth Bishop, os artistas Guignard, Scliar e o grupo Living Theater viveram na cidade, além do pintor Carlos Bracher e outros que ainda residem em Ouro Preto.

10 "Estudantes e nativos" são a designação utilizada na cidade para alunos da Universidade Federal de Ouro Preto e do CEFET e moradores nascidos ou permanentes da cidade, respectivamente.

11 A constatação desta lacuna motivou a realização da pesquisa da autora sobre os significados do Patrimônio Histórico para a população de Ouro Preto, resultando no livro **Hotel Pilão** – um incêndio no coração de Ouro Preto, ainda a ser lançado em 2006 pela Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes.

